DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 6130/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/17075/2015
PROTOCOLO	: 1635107
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE IVINHEMA
JURISDICIONADOS	: 1.EDER UILSON FRANÇA LIMA 2.VALÉRIA ELOIZA CHACAROSQUI LIMA
CARGO DOS JURISDICIONADOS	: 1.PREFEITO 2.SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
TIPO DE PROCESSO	: CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 288/2015
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	: CONVITE Nº 006/2015
OBJETO	: CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS
CONTRATADA	: J. B. FRANCO – ME
VALOR	: R$ 72.570,00
ÓRGÃO JULGADOR	: JUIZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO – 1ª FASE – LICITAÇÃO – CONVITE – 2ª FASE – FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL - OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS - INSTRUMENTO REGULARMENTE FORMALIZADO - ATOS LEGAIS E REGULARES - PROSSEGUIMENTO.

Versam os presentes autos sobre o exame do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 006/2015 e da formalização do Contrato Administrativo nº 288/2015 (fls. 162/166).

A contratação é precedida de procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 006/2015 ao qual se vincula nos termos do Estatuto de Licitações e Contratos.

O objeto da contratação é a confecção de materiais gráficos destinados a atender ao CRAS, ACESSUAS, CRAS e SCFC com prazo contemplando o período de 26 de agosto de 2015 a 31 de dezembro de 2015 no valor de R$ 72.570,00 (setenta e dois mil, quinhentos e setenta reais)

A análise nestas primeira e segunda fases recai sobre o exame do procedimento licitatório e a formalização do Instrumento Contratual, nos termos do art. 120, I, “a” e

II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

A unidade de instrução procedeu à análise dos atos praticados nestas fases emitindo o seu juízo de valor opinando pela regularidade e legalidade de tais procedimentos, consoante Análise ANA – 2ª ICE – 3408/2016 (fls. 197/202).

O douto Ministério Público de Contas adotou a mesma linha de entendimento e prolatou o r. Parecer PAR-2ª PRC-7729/2017 (fl. 203), pugnando pela regularidade e legalidade dos atos praticados em ambas as fases.

É o que cabe relatar.

Verifico que foram observadas as disposições regimentais no curso da instrução processual, nos termos do art. 112, II, "b" do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013, razão pela qual passo ao exame do mérito.

O procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 006/2015 ao qual se vincula nos termos do Estatuto de Licitações e Contratos.

O objeto da contratação é a confecção de materiais gráficos destinados a atender ao CRAS, ACESSUAS, CRAS e SCFC, conforme detalhamento contido na Cláusula Primeira (fl. 162).

O prazo estabelecido contempla o período de 26 de agosto de 2015 a 31 de dezembro de 2015, nos termos da Cláusula Terceira (fl. 162).

O valor pactuado pelas partes importa em R$ 72.570,00 (setenta e dois mil, quinhentos e setenta reais), conforme consignado na Cláusula Quinta (fl. 162).

A análise nestas primeira e segunda fases recai sobre o exame do procedimento licitatório e a formalização do Instrumento Contratual, nos termos do art. 120, I, "a" e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Procedendo a análise dos atos praticados nestas fases ora em apreciação o Corpo Técnico entende que os mesmos estão em consonância com as disposições legais vigentes, razão pela qual merecem receber a aprovação, asseverando, (fl. 202), *verbis:*

> Diante do exposto, concluímos pela **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório **Convite nº 6/2015** e da formalização do **Contrato Administrativo nº 288/2015** celebrado entre o **Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Ivinhema** (CNPJ nº 13.499.440/0001-87) e a empresa **J. B. Franco - me** (CNPJ nº 21.969.226/0001- 75), nos termos do inciso I do art. 59 da Lei Comple-

mentar nº 160/2012, cc. o inciso II e alínea "a" do inciso IV do art. 121 do Regimento Interno.

O douto Ministério Público de Contas adotando a mesma linha de entendimento adotado pelo Corpo Técnico exara o seu r. Parecer opinando pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório e formalização do instrumento contratual, mediante a seguinte dicção (fl. 203), *in verbis:*

> Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico da 2ª Inspetoria de Controle Externo, na análise ANA - 2ICE - 3408/2016 (peça nº 31), este Ministério Público de Contas opina pela **REGULARIDADE e LEGALIDADE do procedimento licitatório e pela REGULARIDADE da formalização do contrato administrativo**, nos termos do art. 59, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 120, incisos I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013.

Assiste razão ao eminente Procurador de Contas porquanto os atos praticados no curso de instrução processual relativamente ao procedimento licitatório e a formalização contratual revelam que foram observadas as disposições legais regedoras da matéria, razão pela qual a presente contratação esta a merecer a aprovação desta Corte de Contas.

Mediante o exposto e, acolhendo a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer exarado pelo douto Ministério Público de Contas, e, com fundamento no art. 10, II, § 3º, IV, "a", V, c/c o art. 70 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório desenvolvido na modalidade de Convite nº 006/2015 e da formalização do Contrato Administrativo nº 288/2015 (fls. 162/166) celebrado entre o Fundo Municipal de Assistência Social de Ivinhema/MS, CNPJ nº 13.499.440/0001-87, pelo Prefeito, Senhor Éder Uilson França Lima, CPF nº 390.231.411-72 e Secretaria Municipal de Assistência Social e Gestora, Senhora Valéria Eloiza Chacarosqui Lima, CPF nº 861.225.501-59, como contratante, e, de outro lado, a Empresa J. B. Franco - ME, CNPJ nº 21.969.226/0001-75, por sua Representante, Senhora Janaina Belizário Franco, CPF nº 705.858.571-72, como contratada, por guardarem conformidade com as disposições legais aplicáveis à espécie, nos termos do art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 120, I e II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

2 – pelo retorno dos presentes autos à 2ª Inspetoria de Controle Externo para o acompanhamento da execução contratual, na forma regimental;

3 - É a decisão.

4 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 2º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Campo Grande/MS, 22 de junho de 2017.

Cons. Iran Coelho das Neves
Relator